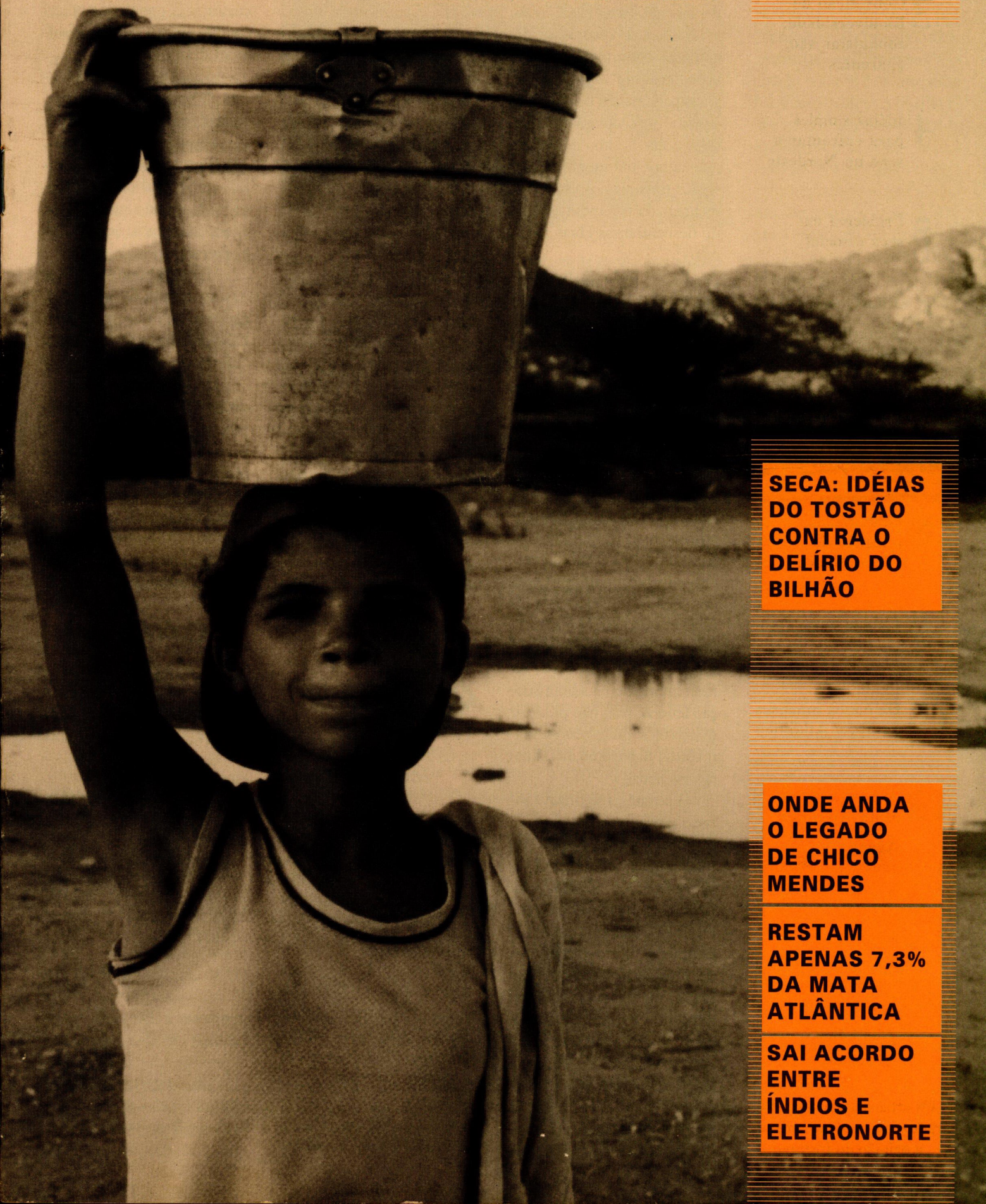
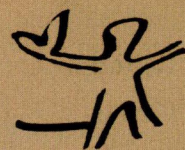


# PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Nº 40 - ANO 5 - JUNHO DE 1998



**SECA: IDÉIAS  
DO TOSTÃO  
CONTRA O  
DELÍRIO DO  
BILHÃO**

**ONDE ANDA  
O LEGADO  
DE CHICO  
MENDES**

**RESTAM  
APENAS 7,3%  
DA MATA  
ATLÂNTICA**

**SAI ACORDO  
ENTRE  
ÍNDIOS E  
ELETRONORTE**

SUMÁRIO

- 2 Editorial  
Cartas
- 3 Convenção da Biodiversidade: conquistas são aparentes
- 4 Idéias simples para enfrentar a seca no Nordeste
- 5 Problema da seca é social
- 6 Alta Costura  
Funai fomenta o caos no Amapá
- 7 Índios autorizam obras de linhão em Roraima
- 8 Onde anda o legado de Chico Mendes
- 9 Coluna *ponto Doc*
- 10 Os novos números da Mata Atlântica
- 12 A família Fritz e a Mata Atlântica  
Agenda

FECHAMENTO  
DESTA EDIÇÃO  
02/06/98

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

A QUESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Há tempos, temos indicado o descompasso entre as urgentes demandas das políticas sociais e a estratégia reformista do governo. FHC jogou todas as fichas na aprovação de emendas constitucionais e na articulação de uma base de apoio parlamentar compatível. Investiu na cooptação de partidos e não hesitou em lotear ministérios, representações de órgãos federais nos estados e recursos do orçamento, além de descentralizar obras federais.

Essa opção estratégica permitiu a aprovação pelo Congresso das suas principais propostas, com algum desfiguramento, com grande atraso. À espera da chancela parlamentar, o governo engessou o país na UTI do monitoramento macroeconômico e na paralisia da reforma do Estado. Ou seja, para apróvar uma emenda constitucional de reforma administrativa, formulada com foco na política fiscal, foi preciso não mexer na estrutura dos órgãos, entregar as suas funções de confiança, manter funcionários demissíveis, preservar o status quo desde há muito reinante na administração federal, para não produzir marolas que pudessem subtrair votos pró governo na Câmara e no Senado.

A estratégia se firmava sobre a persistente boa vontade da maior parte da opinião pública, regularmente aferida pelas pesquisas de opinião, que indicavam mais valer alguns reais na carteira que quaisquer escândalos, como o da compra de votos pró emenda da reeleição. Porém, com o frenesi das bolsas asiáticas, o pacote fiscal de outubro e o aumento dos preços da cesta básica, parece que os tais reais se escafederam e a impaciência da classe média, que já era grande, estendeu-se para baixo, ge-

neralizando-se nas grandes cidades. O incêndio de Roraima, a fome no Nordeste e o aumento do desemprego escancararam a incapacidade de ação do governo no campo das políticas sociais. Finalmente, as pesquisas de opinião passaram a indicar que, mesmo na reeleição pré moldada, haverá disputa pelo poder.

Que fará o governo? Como reverter quatro anos de paralisia em quatro meses de campanha? Como gerar instrumentos públicos de políticas sociais que possam dar respostas eficientes nesse tempo? A verdade é que o governo relegou os órgãos federais afetados às questões sociais ao marasmo da gestão fisiológica. A única boa novidade do governo FHC nesse campo, o Programa Comunidade Solidária, até que fez a sua parte. Sempre que pôde, ainda que timidamente, investir no que seria a sua essência, a mobilização da sociedade organizada, caminhou no rumo dos melho-

res resultados. Mas não alcançou a escala dos principais problemas nacionais e consumiu energias com repasses de recursos para prefeituras pouco comprometidas com os resultados desejados.

Incrá, Ibama e Funai continuam intactos. Quando não, andando para trás. Resta ao governo esperar que a chuva caia, que especuladores não apremem, que o atual momento passe rápido, que algum pacote possa, ao menos, congelar as pesquisas até as eleições.

Mas que o Lula também não se arvore. Se ganhar as eleições, herda o estado paralítico que aí está, e terá que se ver com os seus dinossauros.

De qualquer forma, uma disputa real, um provável segundo turno, calcados nas questões sociais, é cenário melhor que o de uma reeleição burocrática, que reforçaria a má idéia de que se pode subordinar as soluções nacionais ao ritmo exasperante da fisiologia parlamentar. ☐

Alberto Chirone  
Roraima

**CARTAS**

ESCREVA PARA:  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS  
AV. HIGIENÓPOLIS, 901  
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL OU  
[HTTP://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PARABOLICAS](http://www.socioambiental.org/parabolicas)

**ONDE ENCONTRAR**  
Permito-me fazer uma pequena crítica. Na página 12, do *Parabólicas* 37 (março/98) foi publicada a resenha do livro *Terras de Negros*. Infelizmente, porém, não há indicação do endereço da editora, nem de seu número de telefone, tornando impossível adquirir tão interessante publicação. Boa Vista é uma cidade pequena e esse tipo de livro não se encontra nas livrarias. Seria útil, portanto, colocar nas próximas edições de *Parabólicas* os dados básicos para comprar os livros apresentados nas resenhas.

**Resposta** - Agradecemos a sugestão e informamos que o telefone da Scipione, editora do livro *Terra de Negros*, de Lourdes Carril, é (011) 2391700.

**ERRATA** - Na matéria *Calha Norte ao Estilo FHC* (*Parabólicas* 39, maio/98), o senador Romero Jucá (PFL) foi identificado como "roraimense". Na verdade, ele é nascido em Pernambuco, mas foi eleito pelo estado de Roraima.

CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE: CONQUISTAS SÃO APARENTES

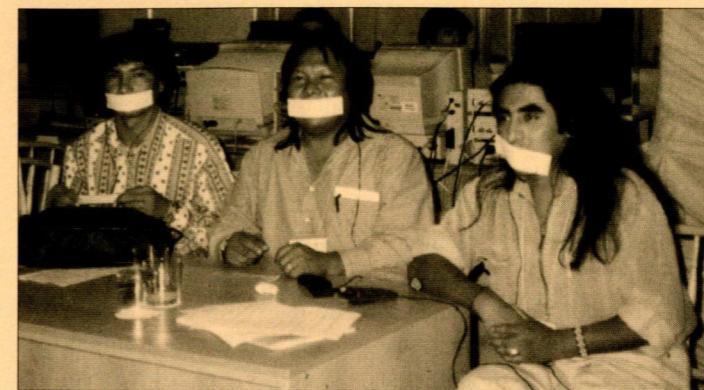
ANDRÉ LIMA

Grupo de Trabalho criado na COP 4 discutirá conhecimentos tradicionais

A COP 4 (IV Conferência das Partes) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) concluiu seus trabalhos no dia 15 de maio, em Bratislava, Eslováquia, com a proposta de criação de um Grupo de Trabalho (GT) para o artigo 8(j). Alvo de interesse de povos indígenas, comunidades tradicionais e ONGs - particularmente do Terceiro Mundo - o 8(j) é um comando da Convenção dirigido aos países signatários para que respeitem, preservem e mantenham os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas, e incentivem sua mais ampla aplicação, com a aprovação e a participação dos detentores desses conhecimentos, encorajando a repartição equitativa dos benefícios oriundos de sua utilização.

A discussão sobre o assunto já havia sido destaque na COP 3 (Buenos Aires, 1996), que concluiu não haver ainda um entendimento suficientemente sólido sobre os conhecimentos tradicionais para se decidir quais os mecanismos adequados para sua proteção. Dessa situação decorreu o workshop de Madri (novembro de 1997), que compilou experiências, críticas e sugestões para a elaboração de um programa de trabalho visando a efetiva implementação do artigo 8(j) da CDB.

Depois de reuniões que cruzaram a noite e situações constrangedoras protagonizadas pela delegação brasileira, a COP 4 aprovou a criação de um GT, para elaborar um programa de trabalho sobre o artigo 8(j) e demais artigos que se relacionem com os conhecimentos tradicionais. A necessidade de criação de um GT foi um consenso relativamente fácil de ser alcançado. Todavia, a abrangência das matérias a serem tratadas pelo grupo e a forma da participação das comunidades locais e indígenas revelou divergências e polê-



Índios protestam contra a falta de participação.

micas entre as partes. Como a aprovação do GT era inevitável, os países contrários aos avanços do 8(j) - notadamente Canadá, Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, com tímido mas não menos eficiente apoio de Brasil, México, China e França - tentaram deliberadamente impor restrições e obstáculos à sua atuação.

Em relação à natureza - "aberta" ou "fechada" - e composição do grupo, a frente contrária alegou insuficiência de recursos e

necessidade de que os trabalhos fossem conduzidos com objetividade. Nesse sentido, trabalhou insistentemente pela redução, tanto em quantidade quanto em qualidade, da participação de observadores - leia-se comunidades locais e indígenas.

Quanto aos objetivos e à competência do GT, a frente comandada pelo Canadá trabalhou para excluir do âmbito das discussões sobre conhecimentos tradicionais tudo o que já estivesse sendo ob-

BRASIL FOI VEDETE DAS DISCUSSÕES

A posição brasileira nas discussões sobre o artigo 8(j), muito comentada e criticada por outras delegações oficiais, limitou-se à imposição de obstáculos à ampla participação de representantes indígenas, de comunidades locais e ONGs na composição do GT proposto para o 8(j). Os argumentos, burocráticos, resvalavam para o manjado discurso da soberania dos Estados nos processos de negociação internacionais. Os representantes indígenas (mais de 50), ONGs e comunidades locais presentes à COP 4 foram convidados a se retirar da negociação do grupo de contato criado para discutir a implantação do artigo 8(j) por imposição isolada da delegação brasileira.

Embora a postura brasileira encontre algum respaldo no funcionamento dos demais grupos de contato da CDB - que são fechados à participação de observadores em suas fases de negociação -, a verdade é que um significativo avanço em matéria de processo internacional - a abertura à participação dos atores diretamente afetados, como os observadores, nos momentos de negociação e decisão dos acordos - deixou de ser conquistado por exigência unilateral dos brasileiros. A delegação brasileira também destacou-se de maneira negativa pela imposição de restrições ao objeto do GT, eliminando as disposições que fizessem menção ao estabelecimento de diretrizes para as leis nacionais sobre acesso a recursos genéticos e mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais e participação de povos indígenas e comunidades locais nos processos decisórios internos. No geral, a delegação brasileira fez transparecer o temor de vir a sofrer pressões internacionais face aos compromissos assumidos no âmbito da CDB.

jeto de trabalho em outros processos e acordos internacionais, particularmente as discussões sobre propriedade intelectual na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). A OMPI iniciou um processo internacional de consulta sobre as formas de proteção aos conhecimentos tradicionais e tal atividade foi considerada relevante no relatório da COP para a implementação da CDB.

A integração entre a CDB e os acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC), embora seja determinante para o reconhecimento e proteção dos conhecimentos tradicionais - pois estabelecem regras para o controle e a proteção de produção intelectual -, não foi objeto de discussão aprofundada nas reuniões.

A sensível divergência e a potencial incompatibilidade entre a abordagem dada à matéria pela OMPI - que trabalha a questão sob a ótica da privatização e monopolização (propriedade intelectual) dos conhecimentos - e pela CDB - que propõe a proteção e o estímulo à ampla adoção dos conhecimentos tradicionais - não foi enfrentada. Desta forma, ficou enfraquecido o objeto do GT para a implementação do artigo 8(j): sob a égide da OMPI, os conhecimentos tradicionais serão tratados prioritariamente pela ótica da proteção industrial, sem compreender a premente preocupação para com a manutenção dos processos de difusão e perpetuação das formas de conhecimento tradicional.

Resulta disso tudo que, ao final, foi aprovado um GT formado por consultores, que será aberto às Partes e contará com participação de observadores (representantes indígenas e comunidades tradicionais), mas cuja participação estará condicionada ao orçamento disponível e às regras procedimentais da ONU. Ou seja, não participação das fases decisórias. ☐

## ALTERNATIVAS QUE DÃO CERTO

CECÍLIA IORIO

## Projetos de entidades mostram que é possível contornar a seca com poucos recursos

As cenas são sempre as mesmas: saques, homens, mulheres e crianças - populações das áreas rurais - envergonhadas mostrando sua fome, desespero e tristeza; políticos dizendo que as providências já foram tomadas ou então que é culpa de uma outra esfera do governo; polêmicas em torno do direito à vida versus à ordem e à propriedade privada. E, para não faltar elementos neste filme tantas vezes já visto, e entrando em sua vigésima terceira edição, volta também à cena as grandes propostas para combater a seca. Obras caras, envolvendo milhões, quando não bilhões, ao final da execução, são apresentadas como a redenção definitiva da região semi-árida. É mais ou menos assim que a maior parte do Brasil toma conhecimento de um dos mais permanentes dramas da população nordestina que vive na região semi-árida: a seca.

Se o discurso das grandes obras salvadoras da pátria já cansou a sua paciência e o seu bolso de contribuinte, se você concorda com Luiz Gonzaga de que dar "uma esmola a um pobre que é são: ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão", conheça um pouquinho das propostas que um grupo de ONGs nordestinas e organizações de trabalhadores (as) rurais da região vêm propondo para enfrentar o desafio de conviver com o semi-árido com dignidade, cidadania e preservação.

Sob o nome "Propostas de convivência com o semi-árido", ONGs e organizações de trabalhadores já possuem um rol de alternativas para

melhorar a vida, a produção animal e vegetal, a saúde, a educação das populações rurais pobres, que diminuem muito a vulnerabilidade desses grupos. Um dos elementos-chave dessas propostas trata de melhorar a gestão e o aproveitamento dos recursos hídricos, e para isso algumas experiências estão implantadas e dando certo.

A cisterna de placas não apresenta nenhuma limitação de ordem técnica e pode ser feita em todas as propriedades rurais. Como o nome sugere, é um reservatório cavado na terra, em formato circular, revestido de placas pré-moldadas de cimento, que podem ser fabricadas pelo próprio agricultor. A cisterna deve ser construída bem próxima à casa do agricultor e, conjugada com calhas de zinco e um cano de PVC, recolhe a água da chuva que cai sobre o teto das casas.

As cisternas que vêm sendo adotadas pela maioria dos agricultores captam entre 15 e 30 mil litros de água e são suficientes para atender às necessidades domésticas (culinária e água para beber) de uma família de seis pessoas

por um período de um ano. O custo desta cisterna fica em torno de R\$ 250,00, utilizando-se a mão-de-obra familiar, e sua adoção pode mudar muita coisa na vida da família. Mulheres e crianças deixam de realizar a cotidiana e estafante tarefa de caminhar quilômetros e carregar peso.

O barreiro trincheira, outra possibilidade de captação de água da chuva, tem algumas limitações de ordem técnica. Esse reservatório só pode ser construído em áreas de embasamento cristalino, que evita a dispersão da água. Consiste em um buraco em formato quadrado, cavado no solo em algum lugar de declive para onde a água da chuva corre. Destina-se, em geral, a estabelecer uma reserva de água para o cuidado dos animais e rega de canteiros, hortas familiares e outros usos domésticos (lavagem de roupa). O custo desta obra varia entre R\$ 130,00 e R\$ 150,00, se feito com mão-de-obra familiar. Como 70% da área do semi-árido é de formação cristalina, esse recurso pode ser adotado por milhares de famílias.

Para a água armazenada já existe um tratamento natural,

econômico e eficaz, com a planta moringa, que garante a qualidade da água e, com isso, a saúde da família.

Uma outra técnica que vem começando a ganhar adeptos entre os pequenos produtores do sertão é a micro-barragem subterrânea. Essa obra é simples e barata e tem como objetivo aumentar a capacidade do solo de reter a água da chuva ou de pequenas nascentes. A micro-barragem mais comum e que vêm sendo difundida por algumas ONGs se constitui de uma valeta de 50 metros por dois de profundidade, que é feita dentro da terra. Depois, essa valeta é coberta com uma lona plástica, que tem a função de impermeabilizar. Com essa obra, se viabiliza a produção em uma área de até 2 hectares de terra, onde podem ser cultivadas árvores frutíferas e outros cultivos temporários ou permanentes.

Quem construiu sua barragem subterrânea antes da atual seca conseguiu produzir feijão, milho e forragem para os animais. Alguns produziram até arroz e uma segunda safra de feijão. Portanto, quem já possui a micro-barragem subterrânea entrou no período seco em melhores condições de enfrentá-lo. Nos anos de chuvas normais se consegue obter duas safras de milho e feijão por ano! Esta construção, quando feita com mão de obra familiar, tem custo de aproximadamente R\$ 400,00.

Além dessas alternativas simples e baratas, ainda existe um amplo número de possibilidades, como os peque-

nos açudes, os poços tubulares com sistema de bombeamento movidos à energia eólica, a barragem de gabião e outras iniciativas que estão muito mais de acordo com as necessidades da população pobre do semi-árido.

Mas as propostas de convivência com o semi-árido partem de uma visão integrada e destina atenção à produção agrícola com o resgate das variedades quase extintas de milho, feijão e outras sementes (gergelim, guandu, milhopioca, entre outras), a pesquisa de plantas resistentes a seca destinadas a alimentação de animais, ao desenvolvimento de novas técnicas de

manejo de animais, de recuperação de solos, da flora e fauna da caatinga, a produção de mel de excelente qualidade, pois as floradas do sertão, de um modo geral, estão isentas de produtos agrotóxicos. Hoje, a adoção desse conjunto de medidas é um fato, que inclusive ganha alguns minutos nos noticiários das TVs sobre a seca. As propriedades que adotaram algumas dessas propostas estão conseguindo enfrentar em melhores condições essa estiagem rigorosa.

Mas a preocupação fundamental desses atores envolvidos em resgatar a dignidade da população e apresentar

alternativas de vida nesse ambiente semi-árido vão além dessas medidas práticas. Eles concentram razoável energia em fazer os governos locais, estaduais e federal conhecerem e adotarem essas propostas. Essa tarefa não tem sido fácil, pois pressupõem um jeito diferente de olhar para o meio ambiente semi-árido e para as populações pobres.

Esse conjunto de propostas não estão aí para ser adotadas de última hora, para ganhar votos. Devem ser adotadas em uma política de propósitos mais permanentes e devem ser executadas nos anos em que não há

seca, pois são obras estruturadoras das pequenas propriedades.

O trabalho dessas ONGs e organizações de trabalhadores, com apenas uma década de existência, já se mostra promissor e não custa rios de dinheiro, não enriquece empreiteiras e não favorece os velhos esquemas da famosa "indústria da seca". Desenvolver estas propostas juntamente com fornecimento de crédito e mudanças na estrutura fundiária pode mudar de vez o enredo deste filme velho, reprisado e de final sempre infeliz. ☒

Cecília Iorio é socióloga, assessora de projetos da Oxfam, de Recife (PE).

## UMA CRISE SOCIAL GRAVE

TÂNIA BACELAR

## Causa essencial do problema não está na natureza

Por que as secas no Nordeste se transformam, até hoje, em crise social grave? Essa é uma questão que nos remete ao contexto local. A análise dos condicionantes do contexto nordestino como explicação dessa crise tem variado no tempo e segundo o analista.

O pensamento dominante busca na natureza (a existência do imenso e frágil semi-árido) a causa essencial do problema da seca no Nordeste brasileiro. Questões de natureza climática e meteorológica, as limitações hidrológicas e a irregularidade pluviométrica, por exemplo, estariam na base do drama social que sistematicamente afeta milhões de nordestinos. A natureza eximiria o homem, segundo esse tipo de abordagem, que conseguiu se impor por muito tempo. E que fundamentou, por exemplo, a chamada "política hidráulica". Se o problema era disponibilidade de água, acumular esse bem resolveria a questão. Grandes açudes foram feitos e o drama social das populações sertanejas não se resolveu.

Estudiosos do Nordeste, das secas e do semi-árido, como Aziz Ab'Saber (geógrafo e professor da USP, estudioso de regiões semi-áridas), introduzem a questão demográfica, ao destacar que nenhum espaço semi-árido no mundo tem a elevada densidade de ocupação humana do semi-árido do Nordeste brasileiro. Por aí começa a se responder porque em outras regiões semi-áridas não se verifica o drama humano nas dimensões em que ocorre no Nordeste.

Celso Furtado (economista e primeiro Superintendente da Sudene) também chama atenção para o "tamanho do contingente humano", ao analisar o processo de formação econômica do Nordeste e do Brasil. A forma como se deu esse processo e as altas taxas de natalidade, que predominaram por muitas décadas, foram ampliando a base demográfica da região semi-árida nordestina. Apesar da emigração (sintoma a revelar a incapaci-

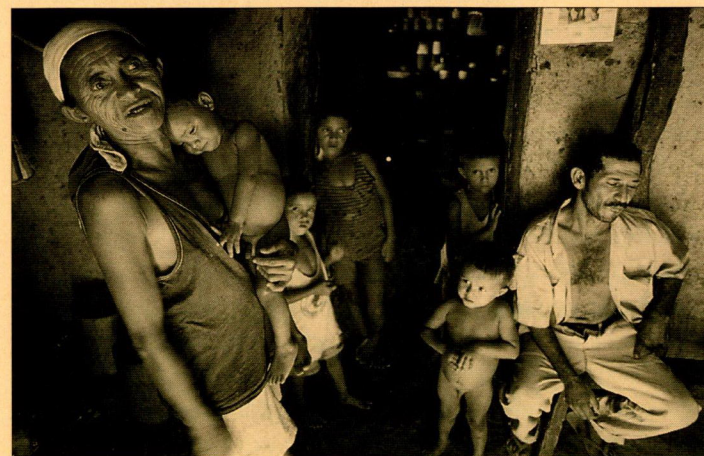
cidade da base local em absorver produtivamente a população), a população crescia rápido.

Furtado explica também que a "política hidráulica", comandada pelas elites locais durante décadas, era ótima para solucionar o problema da mortandade do rebanho em fases de seca aguda e para aumentar a rentabilidade da pecuária (atividade principal dos grandes latifundiários da região), mas, em quase nada, afetava a atividade agrícola desenvolvida pela imensa massa de pequenos produtores da região (parceiros ou arrendatários dos grandes latifúndios pecuários). Explica esse analista que, na medida em que tornava a pecuária rentável, a política de açudagem contribuía, isso sim, para reter o contingente populacional no semi-árido. Mas, como essa política não favorecia os pequenos produtores e não melhorava a produção de alimentos, o resultado paradoxal é que contribuía para agravar os efeitos econômicos e sociais das secas, ao invés de reduzi-los.

Outro estudioso do semi-árido e das secas, José Otamar de Carvalho, também destaca que os efeitos negativos, de natureza econômica e social, atribuídos à seca não têm lugar por questões climáticas, mas por conta da fragilidade da estrutura econômica montada na região, "politicamente funcional à estrutura de poder dominante". Ele acredita que a seca, como fenômeno físico, continuará a se manifestar, mas suas repercussões econômicas (queda brusca da produção) e sociais (impossibilidade de sobrevivência de milhões de seres humanos) podem desaparecer, "desde que sejam produzidas relações sociais de produção capazes de permitir o avanço das forças produtivas, articulando, por exemplo, irrigação e reforma agrária".

Mas, ao invés de melhorar, o problema social só tende a se agravar. ☒

Tânia Bacelar é professora do curso de Economia na Universidade Federal de Pernambuco e ex-secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco.



Soluções de baixo custo podem resolver drama das famílias do semi-árido.

• **Fazenda Cafundó** - Invadida por 300 sem-terra em julho de 97, a Fazenda Cafundó, em Cachoeiro do Itapemirim (ES), foi declarada Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) pelo Ibama. Com a medida, os donos da fazenda esperam evitar que a propriedade, em área de Mata Atlântica, seja transformada pelo Incri em assentamento. Apesar da declaração ter sido publicada no Diário Oficial da União dia 21 de maio, o Incri continua pedindo a desapropriação da fazenda.

• **Cara de pau** - Perturbados pela Lei de Crimes Ambientais, que criminaliza a retirada de madeiras sem licença do Ibama, e pela ação de uns poucos fiscais do órgão federal de meio ambiente, os madeireiros da região Norte resolveram apelar. Uma entidade chamada Amadamar, Associação das Mães Desamparadas de Madeiros, de Imperatriz (MA), divulgou carta aberta à população, no fim de maio, proclamando a categoria a rebelar-se contra "a iminente onda de prisões" protagonizada pelo Ibama. "Nossos filhos madeireiros precisam da floresta para existir", afirma o libelo.

• **Zoneamento na fronteira** - Técnicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) anunciaram, em maio, a existência de um zoneamento econômico-ecológico que deverá orientar políticas econômicas para a região de Pacaraima, fronteira entre Brasil e Venezuela. Encomendado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) em 1996, o estudo cobre uma área de 20 mil km<sup>2</sup> e recomenda o envolvimento dos índios das áreas São Marcos e Raposa/Serra do Sol em atividades agropecuárias.

• **Compras suspensas** - A Parker Kislbury (PK), empresa inglesa de importação de madeiras, suspendeu a compra de mogno brasileiro até que haja garantias da procedência da madeira, informou um jornal de São Paulo em 13 de maio. A decisão decorre do alerta feito pelo Programa Amazônia da Amigos da Terra, sobre a origem do mogno

comprado pela PK, usado na construção de navios da Marinha Real Britânica. A ONG rastreou a retirada da madeira da área Kayapó, no Pará, pela empresa Jauary, fornecedora da PK.

• **É o fim** - O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) patenteou, em março, uma técnica de manipulação de genes de sementes batizada de Terminator. Criada pela Delta Pine Land Co., a técnica permite alterar sementes de qualquer espécie, de modo que não germinem mais que uma vez. Assim, a cada ano agricultores teriam que recorrer aos postos de vendas dos fornecedores para adquirir novas sementes. A Coalizão Contra a Biopirataria alerta que os detentores do Terminator pretendem esterilizar e patentear sementes em 78 países, a maioria do Hemisfério Sul.

• **Parteiras da Amazônia** - O país campeão mundial de partos cirúrgicos vai sediar o primeiro Encontro Internacional das Parteiras Tradicionais da Floresta, entre 18 e 20 de julho, em Macapá (AP). O encontro resulta de uma parceria entre a ONG pernambucana Cais do Parto e o governo do Amapá, onde as parteiras têm se organizado em torno da Rede Mãe Luzia. Cerca de 530 dessas profissionais integram a rede. Mulheres dos estados amazônicos e de países vizinhos estão convidadas.

• **Regime tutelar** - Ao decidir sobre denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público contra o madeireiro Osmar Ferreira, que atua nas áreas Kaiapó, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, entendeu que os índios podem, no exercício do direito de usufruto de suas terras, explorar madeira, celebrando contratos com terceiros. Segundo a decisão, o regime tutelar a que o Código Civil submete os índios cessa quando estes demonstrarem capacidade para celebrar negócios jurídicos. O Tribunal rejeitou a tese do Ministério Público de que as árvores das terras indígenas pertencem à União, por serem agregadas ao solo, e que, portanto, as comunidades indígenas não poderiam validamente dispor de seu patrimônio.

## FUNAI FOMENTA O CAOS NO AMAPÁ

Os escritórios de órgãos federais sediados no Amapá estão sendo escandalosamente apropriados pelo deputado federal Antônio Feijão como estratégia eleitoral para enfrentar o atual governador do estado, o socialista João Capiberibe. Migrante do PFL para o PSDB, atualmente Feijão estende seu poder sobre as sedes regionais da Funai, Incri, Ibama, Fundação Nacional da Saúde (FNS) e Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM). Desta forma, tem criado dificuldades para a política de desenvolvimento sustentável de Capiberibe.

As nomeações feitas pelo deputado seguem critérios indisfarçadamente políticos e vêm sendo aceitas por Brasília sem restrições. É o caso da Administração Regional da Funai em Macapá (capital do Estado), ocupada por Amaro Lopes, um ex-assessor de Feijão que, sem qualquer intimidade com a pasta que ocupa, vem disseminando o caos entre os povos indígenas que vivem em áreas subordinadas ao seu escritório.

Articulado com interesses minerários, Antônio Feijão construiu sua história política defendendo a abertura das terras indígenas da Amazônia ao garimpo. No Amapá, há mais de uma década cobiça os recursos minerais da Terra Indígena Waiãpi - hoje demarcada e homologada, sob total controle dos índios. Entretanto, para romper o bloqueio indígena, o deputado identificou e cooptou líderes Waiãpi internamente decadentes, oferecendo-lhes mordomias na capital e promessas de ganhos futuros no caso de exploração garimpeira da área indígena. Para tanto, conta com o apoio não só da Funai, como também do escritório do DNPM em Macapá.

### "FALAR MAL DA FUNAI É CRIME"

Cronicamente dominada por administradores incompetentes, a Funai de Macapá está inviabilizando um amplo programa de controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (DST-Aids), implementado em conjunto com a Coordenação Nacional de DST e Aids e por órgãos de saúde do estado após diagnosticada a presença do HIV entre índios do Parque do Tumucumaque. Desde abril de 1997, a Funai e a FNS vêm boicotando as ações da equipe do programa, o que tem provocando descontinuidade no trabalho de prevenção. Pior de tudo é que os índios Tiriyo e os Kaxuyana - grupos envolvidos no programa - vêm sendo manipulados pela desinformação e chantagens disseminadas pelo atual administrador em Macapá. Essa atitude chegou ao paroxismo em abril, durante o Encontro Macro-Regional de Saúde - uma tentativa de revitalizar o acompanhamento e controle das DST e Aids no estado -, quando Amaro Lopes disse aos índios que "falar mal da Funai é crime".

Apoiados pelo governo estadual, os índios do Amapá vivem em relativa tranquilidade. Todas as áreas indígenas do estado estão desintrusadas, demarcadas e homologadas. Entretanto, com o loteamento dos órgãos federais no estado, os povos indígenas e seus aliados históricos vivem dias de apreensão. "Sempre houve temor em 'estadualizar' as políticas para índios e meio ambiente, mas o Amapá é hoje um caso em que o governo estadual quer fazer coisas em favor dos índios e do meio ambiente, mas as forças federais nomeadas por interesses espúrios impedem", afirma um atento observador da conjuntura amapaense. ☐

## ÍNDIOS E ELETRONORTE FECHAM ACORDO EM RORAIMA

GERALDO ANDRELLO

### Estatual financiará retirada de invasores de Terra Indígena

No dia 18 de abril, a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR) assinou termo de compromisso com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) autorizando a implantação da Interligação Elétrica Brasil-Venezuela dentro da Terra Indígena (TI) São Marcos, localizada no lavrado de Roraima, onde vivem os índios Macuxi, Wapixana e Taurepáng. Em troca, mais de cem posseiros, entre pequenos agricultores e criadores de gado, serão retirados da TI, que está demarcada e homologada por decreto presidencial desde 1991. Pelo acordo, a Eletronorte se compromete a pagar pelas benfeitorias existentes nas posses.

Destinada a abastecer Boa Vista, capital do estado, a linha de transmissão energética, em 230 kV, terá início no ponto de conexão com o sistema de transmissão da Venezuela, localizado na fronteira entre os dois países, no município de Pacaraima, e término na subestação Boa Vista. Pacaraima, município recentemente criado pelo governo estadual, tem sua sede dentro da área São Marcos. A extensão total do linhão - que seguirá o trajeto da BR-174, rodovia que liga Manaus (AM) à Venezuela - será de 211 km. Ambos, rodovia e linhão, incidem sobre aproximadamente 65 km da TI.

### NEGOCIAÇÕES

As negociações entre lideranças indígenas e a Eletronorte para a passagem do linhão iniciaram-se em 29 de maio de 97, ocasião em que o projeto foi apresentado e foram distribuídos materiais informativos com as especificações técnicas da obra. Os índios souberam ainda que seria necessária a realização de estudos topográficos na área para a definição final do traçado da linha. Uma semana após esta reunião, os tuxauas de São Marcos enviaram correspondência à Eletronorte autorizando o levantamento topográfico e solicitando a realização de estudos de impacto ambiental e a formação de uma comissão - composta pelo Ministério Público, Ibama, Funai, Governo do Estado, organizações de apoio e organizações indígenas - para acompanhar os trabalhos.

Encerrados em fins de julho, os trabalhos topográficos procuraram manter o traçado da linha o mais afastado possível das construções indígenas. Para os índios, o principal problema refere-se a uma faixa de terras com 40 metros de largura que deverá ser imobilizada pela construção da linha - a "faixa de servidão". Foi, ainda, recomendado aos índios não construir residências dentro de uma distância inferior a 100 metros desde o traçado. Outro problema diz respeito ao desmatamento em uma região de serras, onde o terreno é sensível a erosões, o que afetaria os mananciais de água de algumas aldeias.

Com os trabalhos topográficos finalizados, os índios solicitaram estudos adicionais e, em outubro, surgiu a primeira proposta assinada pelos tuxauas, condicionando a construção do linhão aos seguintes pontos: a) recuperação das áreas degradadas pela construção de torres; b) indenização dos bens individuais indígenas danificados; c) indenização da massa florística existente na faixa de servidão; d) participação da Eletronorte nas providên-

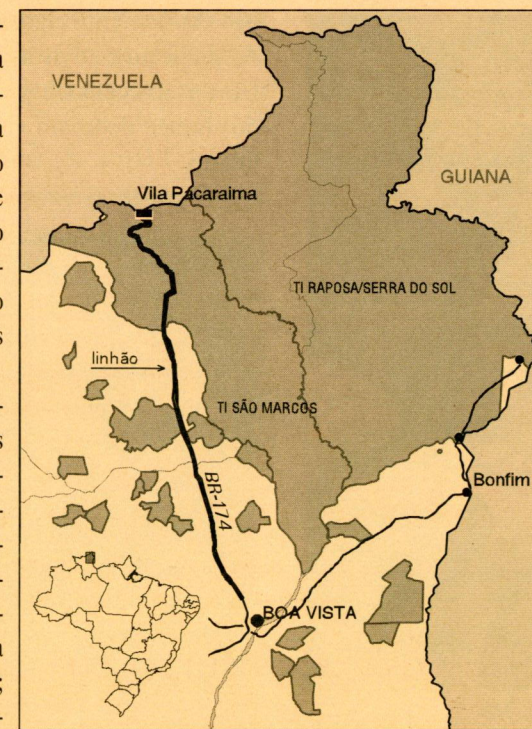
cias para promover a desintrusão da TI e na definição da área urbana de Pacaraima; e) financiamento para as indenizações das benfeitorias das fazendas existentes dentro da TI, depositando o valor total estimado a partir de levantamento fundiário da Funai em uma conta especial antes do início dos trabalhos; f) financiamento, durante a construção da linha, de um sistema de vigilância da área.

Com a Funai endossando a posição dos índios, a Eletronorte propôs formar uma comissão de reestudo do levantamento fundiário existente para verificar a situação atual das posses, além de eventuais novas invasões. Após reavaliar 95 posses, esta comissão estipulou o valor de R\$ 3.359.532,00 para o pagamento de todas as indenizações. O acordo assinado entre os índios e a Eletronorte incorporou todas as propostas anteriormente apresentadas pelos tuxauas, fixou em R\$ 3.500.000,00 o valor para o pagamento das indenizações e em R\$ 250.000,00 os recursos para a implantação de um sistema de vigilância para a área. Estes recursos serão depositados em conta especial, a ser movimentada conjuntamente pela Eletronorte, Funai e APIR. Após o depósito da primeira parcela, a Eletronorte poderá iniciar a obra dentro da TI.

### PERSPECTIVAS

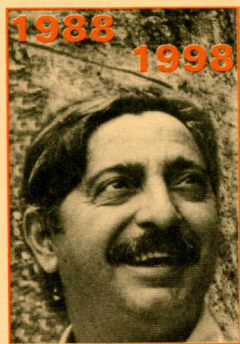
Os índios avaliam que, com a Eletronorte concordando em financiar as benfeitorias das fazendas e promover a desintrusão da área, são eles que acabarão pagando pela saída dos invasores. Muitos tuxauas afirmam que se o governo e a Funai os tivesse retirado antes, as compensações pela construção da linha iriam diretamente para os índios. Mesmo aprensivos quanto às conseqüências advindas da construção de uma linha de energia tão próxima de suas aldeias, o pragmatismo demonstrado pelos índios deve-se à situação atual em São Marcos: o crescimento demográfico nas aldeias e a permanente chegada de famílias de outras áreas indígenas do lavrado são apontados como fatores que em breve poderão acarretar problemas sérios de espaço, com agravante de que a principal perspectiva de desenvolvimento em voga entre as aldeias é o crescimento de seu rebanho de gado.

Castigada pelo recente incêndio que assolou Roraima, São Marcos tem na definição da situação do município de Pacaraima uma questão que permanecerá após a saída das fazendas. Como muitos tuxauas apontaram, este problema foi temporariamente deixado de lado em função das negociações com a Eletronorte. A prefeitura local, recentemente instalada, criou uma Secretaria de Assuntos Indígenas e um Conselho de Tuxauas, buscando aproximação com algumas lideranças para viabilizar o novo município. Paralelamente, correm na Justiça duas ações, movidas pela Funai e pelo Ministério Público Federal, para que sua sede deixe os limites da TI. Não há, entre as aldeias, um consenso sobre o caso. Mesmo as mais afetadas, que se beneficiam de serviços de saúde e educação disponibilizados na vila, preocupam-se com sua expansão e com o afluxo crescente de novos moradores. ☐



# CHICO MENDES DEU UM GRITO NO OUVIDO DO MUNDO. ALGUÉM OUVIU?

ELSON MARTINS



O título acima foi sugerido pelo jornalista acreano Antônio Alves, amigo do líder seringueiro e ecologista assassinado há 10 anos em Xapuri, no Acre, e quem melhor traduz em textos e falas as belezas, magias, conflitos e esperanças do continente chamado Amazônia. Quem conviveu com Chico Mendes sabe que ele foi uma pessoa muito especial, das que enxergam e agem com a alma. Nasceu e se criou nas entranhas

da mata evoluindo com o aroma e as cores, o mistério e as armadilhas da natureza. Aos 10 anos de idade, cortou seringa, produziu borracha com o pai. Aos 18, politizou-se como homem de esquerda.

Na floresta as coisas acontecem e a gente não tem que explicar porque, diria o próprio Chico sobre seu aprendizado político. O fato é que, em 1962, aproximou-se do seu barraco um estranho que sabia ler e escrever e o ensinou sobre as injustiças sociais que ocorrem no mundo. Tratava-se de Euclides Távora, sobrinho do general Juarez Távora e membro da Coluna Prestes que fugiu da prisão de Fernando Noronha, embrenhou-se na Bolívia, virou seringueiro igual ao Chico e estava morando numa colocalção a três horas de caminhada pela floresta.

Nos anos setenta, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) iniciou a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais no Acre e encontrou Chico pronto para liderar o movimento. Na época, os incentivos fiscais do governo militar ataçavam os fazendeiros do centro-sul do país para ocupar a Amazônia. Eles chegaram dispostos a expulsar os seringueiros das terras, desmatar e atear fogo na floresta. Vendo a seringueirada aflita, Chico organizou os "empates" para conter o avanço da frente agropecuária que se instalava na região.

Em 13 anos do movimento, ele tornou-se o alvo principal de fazendeiros e empresários bem sucedidos, policiais corruptos, advogados, juízes e políticos, que viam nele um obstáculo ao "progresso" do Acre. Por isso, no dia 22 de dezembro de 1988, sete dias após completar 44 anos, Chico tomou com um tiro de



Mendes com os filhos no Acre.

cartucheira no peito. O assassino Darcy Alves, a mando do pai e fazendeiro Darly Alves da Silva - ambos condenados a 30 anos de prisão -, estava de tocaia no fundo do quintal do líder seringueiro em Xapuri e fez o disparo que ecoou no planeta.

## TRAVESSIA

Até chegar à morte anunciada naquele natal trágico, Chico fez uma penosa travessia por teorias acadêmicas e ideologias, conviveu com tendências políticas diversas e administrou disputas de intelectuais e ambientalistas, esforçando-se por manter aliados em defesa dos seringueiros e da floresta. Algumas vezes abusou de sua simpatia confiando em quem não devia. Foi assim com o superintendente da Polícia Federal no Acre,

CARLOS RUGGIAE



O seringueiro: trabalho junto à natureza.

Mauro Spósito, que em 1997 deu entrevista à revista Veja acusando-o de dedo-duro. Morto, Chico não pode defender-se.

O superintendente não conheceu o homem Chico, o que não era demérito algum para um policial. Muitos companheiros do sindicato e ativistas do movimento dos seringueiros também não o conheceram e não o entenderam. Suas idéias estavam fora do alcance de quem vivia longe da simplicidade e da universalidade.

O jornalista acreano Antônio Alves é preciso nessa questão: "A incapacidade geral de alcançar toda a profundidade do símbolo foi expressa nos diversos enquadramentos do fato Chico Mendes, do fato Amazônia. Abordagens políticas, ecológicas, econômicas não deram suporte ao conjunto de significados que haviam sido abertos. Uns gringos escreveram livros, outros fizeram filmes, alguns espertos ganharam dinheiro. Chico Mendes morreu várias vezes".

## CELEBRIDADE

Francisco Mendes Alves Filho era presidente do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) quando foi morto. Era também consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Havia recebido o Prêmio Global 500, da ONU (1987), e uma medalha da Sociedade para um Mundo Melhor, em Nova York. Ganhara ainda o título de Cidadão Hono-

rário do Rio de Janeiro. Com a ajuda da antropóloga Mary Allegretti, formulou e traduziu para os acadêmicos, políticos e tecnoburocratas boas propostas para preservar e desenvolver a Amazônia: criou as Reservas Extrativistas e juntou índios e seringueiros na denominação "povos da floresta".

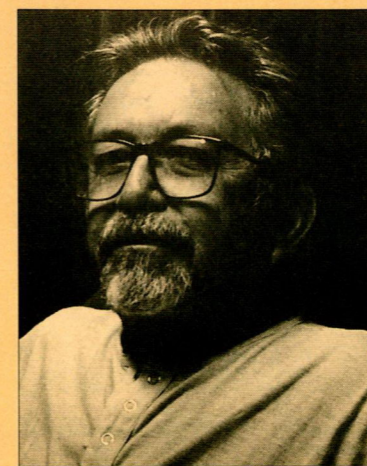
O mundo comoveu-se com sua morte apoiando o movimento dos seringueiros durante o luto. Multiplicaram-se então os projetos, as cooperativas e as reservas extrativistas na Amazônia e fora dela, mas o avanço durou menos de dois anos. Logo, os que deviam dar continuidade ao movimento perderam-se nas viagens pelo exterior e na vaidade. A esquerda radical (que ele segurava) ganhou a direção do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) modificando a linguagem que estava mais para o PV e menos para o PT. Os ecologistas foram jogados fora. A base de seringueiros e índios não sabe mais o que acontece nos bastidores do CNS, atualmente sob a direção de um ex-garimpeiro do Estado do Pará.

No plano político, ainda se vê o legado do Chico: o seringueiro Júlio Barbosa, vice-presidente do CNS e companheiro das lutas em Xapuri, elegeu-se prefeito do município em 1996. Marina Silva, também ex-seringueira, é senadora da República. E Jorge Viana, assessor de confiança, foi prefeito de Rio Branco (1992 a 1996) e deve ser eleito governador do Acre em outubro de 1998. Mas todos que defendem a natureza contra a barbárie do modelo de desenvolvimento que domina o mundo enfatizam: seria melhor se Chico Mendes estivesse vivo. ☐

## DECANO DO JORNALISMO AMAZÔNICO

Penúltimo filho de uma prole de 12, todos nascidos no seringueiro Júlio Barbosa, vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e companheiro das lutas em Xapuri, elegeu-se prefeito do município em 1996. Marina Silva, também ex-seringueira, é senadora da República. E Jorge Viana, assessor de confiança, foi prefeito de Rio Branco (1992 a 1996) e deve ser eleito governador do Acre em outubro de 1998. Mas todos que defendem a natureza contra a barbárie do modelo de desenvolvimento que domina o mundo enfatizam: seria melhor se Chico Mendes estivesse vivo. ☐

Como repórter do Estado, retornou aos seringais acreanos - de onde saía aos dez anos de idade -, exatamente para cobrir os conflitos entre seringueiros, índios e fazendeiros. Conheceu Chico Mendes em dezembro de 1975, numa das reuniões que antecederam a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Brasília, um dos núcleos formadores do atual Conselho Nacional dos Seringueiros. Acabou por engajar-se na luta dos povos da floresta, criando o jornal Varadouro. Apesar de ter vivido no Sudeste e circulado entre acadêmicos, Elson nunca se encantou por outra coisa que não fosse a Amazônia e seu povo. Vive hoje no Amapá, colaborando com o atual governador João Capiberibe, e mantém-se ligado às coisas de seu estado natal como diretor da equipe do jornal O Acre. (MAG)



Elson Martins.

RICARDO ARNT

## CAMARADA VLADIMIR

Em 1982, todo mundo era petista. No Rio de Janeiro, os petistas interessados em Ecologia lançaram o advogado e ex-guerrilheiro Liszt Vieira candidato à deputado estadual. Os exilados estavam voltando, depois da Anistia. Formou-se um grupo cuja identidade maior era o desejo de renovação da esquerda: Fernando Gabeira, Herbert Daniel, Sérgio Pinho, Carlos Minc, Alfredo Sirkis, Lucélia Santos, John Neschling, Luiz Ornstein, José Augusto Pádua, Tuika e muitos outros.

O ecologismo renovava as prioridades e oferecia um paradoxo atraente: conciliar revolução com conservação. Feminismo, antirracismo, afirmação gay, índios, naturalismo, projetos "alternativos", compunham um leque de simpatias frouxas e interesses difusos. O PT do Rio era fortemente classe média.

Programaram-se várias atividades para puxar a candidatura, festas memoráveis e um dia de protesto contra o programa nuclear, em Angra dos Reis, em 6 de agosto. Dia de Hiroxima. Lysaneas Maciel, candidato a governador, e outros candidatos foram lá. Foi um sucesso. Mas Vladimir achava uma bobagem. Detestável.

Liszt foi o deputado mais votado do PT (embora só com 10 mil votos). O outro eleito foi a feminista Lúcia Arruda. O PT era raso de votos, mas já denso de rancor. Na esquerda, o deputado era chamado de "veado verde". Na Assembléia Legislativa, seu mandato ajudou a colocar o Dia de Hiroxima no calendário anual de Angra, aprovou leis condicionando instalações nucleares à plebiscito popular (cassada, depois, na Justiça Federal), contra discriminação racial e o sigilo sobre informações em banco de dados.

Em janeiro de 1985, depois da derrota das "Diretas Já", os deputados federais Airton Soares, Beth Mendes e José Eudes desobedeceram a orientação do PT e votaram no Colégio Eleitoral para sepultar a ditadura, elegendo Tancredo Neves contra Maluf. Em consequência, foram expulsos do partido. Muita gente desistiu do PT, aí. Em novembro, nas eleições para prefeito, Liszt apoiou Saturnino Braga, candidato do Partido Socialista. O Diretório Estadual, onde Vladimir pontificava, pediu sua expulsão, sustada por Apolônio Carvalho, Lula e Wefort, que foram ao Rio apagar o fogo.

Nas eleições de 1986, o Diretório uniu-se contra a reeleição do seu deputado mais votado. Para roubar-lhe votos, tomaram conta da manifestação antinuclear, baixaram em peso e inundaram Angra dos Reis de bandeiras vermelhas. Na TV, o PT tinha segundos de propaganda eleitoral gratuita. Mal dava para ler o nome e o número do candidato. Vladimir aparecia sentado numa mesa, dava um soco na tampa e dizia só: "Nuclear não!" Imagine, depois de todo o boicote. Até o velho Briza deixou as "perdas internacionais" e virou ecologista.

Vladimir ganhou e Liszt se estrepou. Em 1987, o bloco ecologista do PT desistiu de vez. Surgiu, aí, o Partido Verde. Que foi só o hit de um verão.

PS: A Indonésia quebrou. A Rússia aumentou os juros em 150%. Tudo treme. A Câmara, em Brasília, salvou o deputado Pedrinho Abrão. Imagino que Vladimir considere "governabilidade" um problema neoliberal. Aliás, pensando bem, não quero imaginar. ☐

# RESTAM APENAS 7,3% DA MATA ATLÂNTICA

JOÃO PAULO CAPOBIANCO

## Mantido o ritmo da devastação, ecossistema tem apenas mais 50 anos de vida

A situação da Mata Atlântica continua crítica e o desmatamento está fora do controle dos órgãos públicos responsáveis. Estas são as principais conclusões que se pode chegar após análise dos novos números do monitoramento do bioma através imagens de satélite, desenvolvido pela Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e o Instituto Socioambiental.

Segundo o estudo, entre os anos de 1990 e 1995 mais de meio milhão de hectares de florestas foram destruídos em nove estados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, que concentram aproximadamente 90% do que resta da Mata Atlântica no país. Um valor equivalente a mais de 714 mil campos de futebol literalmente eliminados do mapa em apenas cinco anos, a uma velocidade de um campo de futebol derubado a cada quatro minutos. Um ritmo de copa do mundo e uma destruição proporcionalmente três vezes maior do que a verificada na Amazônia no mesmo período.

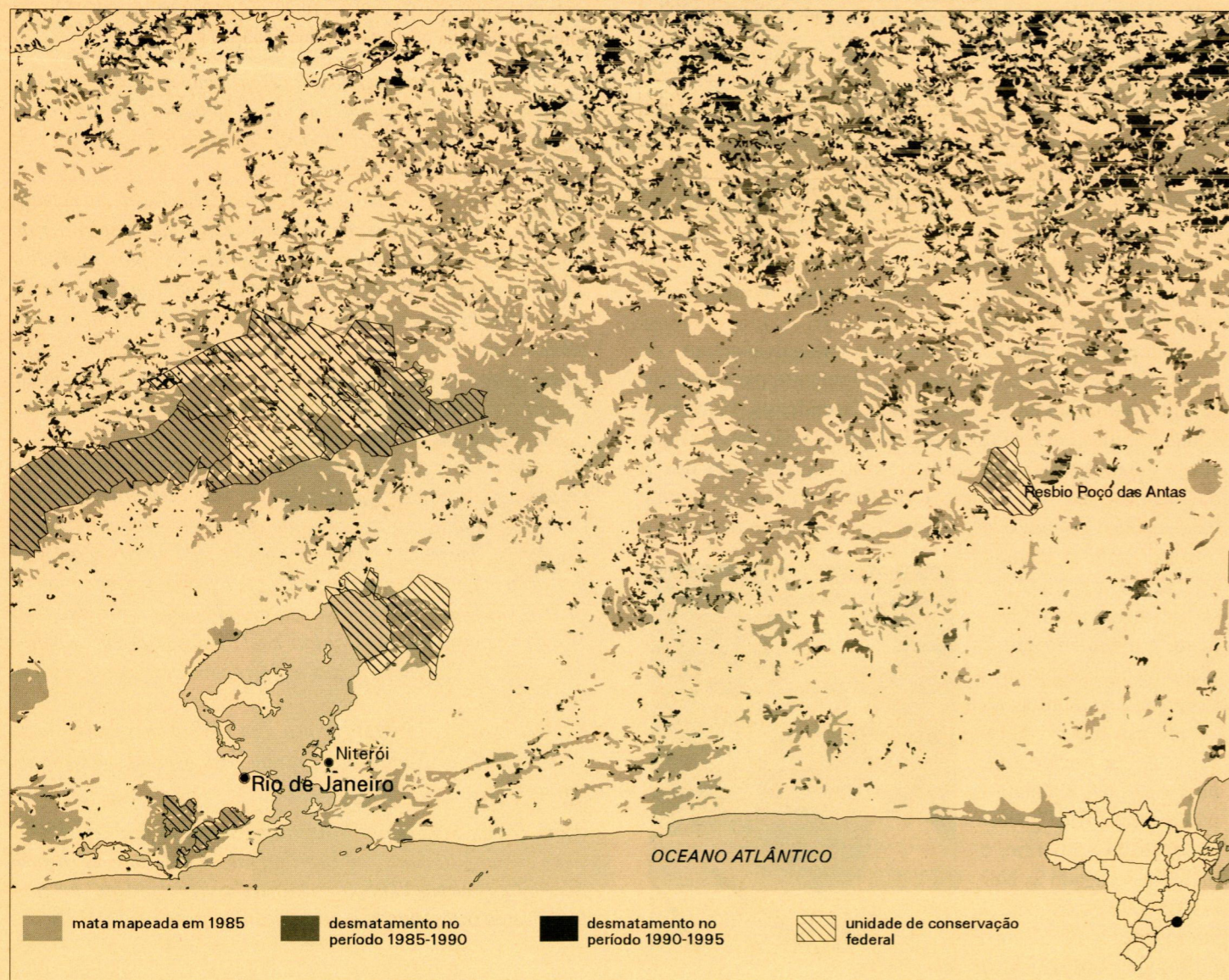
Somando-se estes números aos do estudo anterior, referente ao período 85-90, chega-se à cifra de 11% de Mata Atlântica destruída nos

últimos dez anos, provocando uma queda de 8,8% para 7,3% na estimativa de mata primária e secundária em estágio avançado de regeneração, remanescentes em todo o país. Mantida esta situação, em 50 anos será eliminado completamente o que sobrou dela fora dos parques e outras categorias de reservas ambientais.

### MAIOR DESMATADOR

Uma análise mais detalhada revela uma realidade ainda mais grave. O Rio de Janeiro surge neste novo estudo como o maior desmatador, contrariando o ocorrido nas avaliações anteriores, nas quais apresentava uma situação relativamente confortável. Em apenas cinco anos, o estado perdeu 140 mil hectares, ou 13% da cobertura florestal que tinha em 1990, superando todos os outros oito estados em números absolutos e relativos. Este desmatamento, além de extremamente alto, se concentrou na região serrana, com destaque para os municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim e Trajano de Moraes. Um sobrevôo de verificação constatou que nos dois primeiros o fator principal foi a especulação imobiliária para casas de veraneio. Nos dois últimos, a expansão

### DESMATAMENTO NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO



de pastagens foi a maior responsável. Em Trajano de Moraes, foram detectados os maiores desmatamentos contínuos de todo o estudo, com áreas de mais de quatro mil hectares de matas substituídas por pastos de baixíssima produtividade devido à excessiva inclinação do terreno.

Uma análise do que se passou em termos regionais mostra um impressionante crescimento do desflorestamento nas cartas de Juiz de Fora e Volta Redonda, em Minas Gerais, e Cachoeiro do Itapemirim e Campos, no Espírito Santo, todas limitrofes com as áreas mais degradadas do Rio de Janeiro, o que permite a conclusão de que formou-se um epicentro de desmatamento nesta região que extrapola os limites dos três estados e onde se concentram cerca de 178 mil hectares, ou 35% de tudo que foi degradado no país no período.

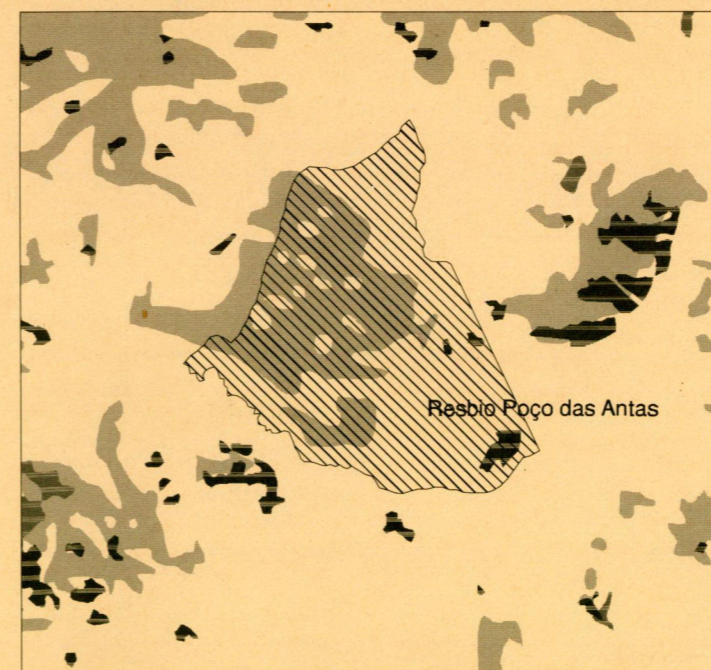
Em segundo lugar, em termos de área desmatada, encontra-se Minas Gerais com 88 mil hectares, ou 7,3% do que tinha em 90. Nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, o quadro também se agravou em relação aos estudos anteriores. São Paulo se manteve estável, desmatando 67 mil hectares no período, um volume inaceitável para o estado com o maior aparato de controle ambiental. As boas surpresas vieram apenas do Paraná e Santa Catarina que, embora tenham destruído áreas enormes, registraram uma diminuição no ritmo de desmatamento na ordem de 50% e 30%, respectivamente.

### EVOLUÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM 9 ESTADOS NO PERÍODO 90-95

UF	Mata (ha)		Desmatamento	
	1990	1995	ha	% *
ES	409.741	387.313	22.428	5,47
GO	7.119	6.471	648	9,10
MS	43.752	39.555	4.197	9,59
MG	1.214.059	1.125.108	88.951	7,32
PR	1.815.137	1.730.528	84.609	4,66
RJ	1.069.230	928.858	140.372	13,13
RS	535.255	506.462	28.793	5,38
SC	1.729.160	1.666.241	62.919	3,64
SP	1.858.959	1.791.559	67.400	3,62
Total	8.682.412	8.182.095	500.317	5,76

1 ha (hectare) = 10.000m<sup>2</sup>

\*em relação aos remanescentes de 1.990.



Desmatamento na Reserva Biológica Poço das Antas.

### PROJETO DE LEI

O PL 3285 chega ao plenário da Câmara dos Deputados para votação após um longo e complexo processo de tramitação. São quase seis anos de discussões e polêmicas desde que o deputado Fábio Feldmann o apresentou, em outubro de 1992.

Sua versão original se baseou nas recomendações aprovadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em abril de 92, que definiu os principais parâmetros para a proteção e uso sustentável da Mata Atlântica, necessários à regulamentação da Constituição de 1988, que transformou o bioma em patrimônio nacional.

A orientação do CONAMA e os aprimoramentos recebidos ao longo do processo de discussão na Câmara, que incorporou a experiência resultante da aplicação do Decreto 750, de fevereiro de 1993, tornaram o PL um instrumento considerado com alta capacidade de reverter o quadro desolador em que se encontra a Mata Atlântica.

Entre seus principais dispositivos estão a delimitação precisa da área de abrangência da Lei, definindo o Domínio da Mata Atlântica; proteção da regeneração natural, através de normas rígidas para supressão e exploração não apenas para a mata primária mas, também, para a vegetação secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração; definição de parâmetros para a exploração de recursos madeireiros e não madeireiros; estímulo à exploração sustentável e enriquecimento de matas secundárias; isenção de impostos para proprietários que estejam preservando seus remanescentes; e definição de incentivos para práticas conservacionistas.

Matéria de consenso entre a maioria dos parlamentares, o PL 3.285 conta com a oposição da bancada ruralista que não aceita a inclusão das florestas ombrófila mista e estacionais sob sua proteção.

### FALÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO

Os numerosos destruições da Mata Atlântica demonstram a inexistência de políticas de conservação ambiental e a falência do sistema de fiscalização dos órgãos públicos. Estes desmatamentos não estão ocorrendo em regiões distantes e de difícil acesso. Ao contrário, derruba-se enormes áreas de florestas impunemente a poucos quilômetros de cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Os efeitos desta destruição já podem ser sentidos por boa parte de cerca de 70% da população brasileira que vive na área da Mata Atlântica. O exemplo mais evidente é o abastecimento de água. A Região Metropolitana de São Paulo, onde vários bairros são submetidos ao rodízio durante todo o ano, registrou os maiores índices de desmatamento em todo o estado. Somente na bacia formadora da represa da Guarapiranga, da qual dependem mais de três milhões de paulistanos, foram eliminados 15% da Mata Atlântica protetora de nascentes, córregos e rios.

Além de regular o fluxo dos mananciais hídricos, a Mata Atlântica é essencial para assegurar a fertilidade do solo, o controle do clima, a estabilidade de encostas e encostas e para proteger a maior biodiversidade de espécies de árvores do Planeta. Sua destruição, portanto, gera impacto direto sobre a qualidade de vida da população.

A urgente reversão deste quadro dramático depende de um conjunto de ações. É forçoso reconhecer que a maior fiscalização por parte dos órgãos públicos não será suficiente para resolver o problema. É necessário estabelecer uma política ampla para a proteção da Mata Atlântica, que contemple não apenas a punição para quem degrada mas, principalmente, o estímulo para quem preserva. Parte da solução do problema está nas mãos dos deputados que analisam desde 1992 o Projeto de Lei n° 3.285, específico para a Mata Atlântica. Nestes longos seis anos de tramitação pelos corredores da Câmara Federal foram perdidos 600 mil hectares. Espera-se que não sejam necessários números mais impressionantes para que os deputados apressem seu trabalho.



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

## Conselho Diretor

Neide Esterici (*presidente*),  
Eduardo Viveiros de Castro  
(*vice-presidente*), Carlos  
Frederico Marés de Souza  
Filho, Enrique Svirsky e Minka  
Bojadsen Capobianco

## Secretários Executivos

João Paulo Capobianco  
Marina Kahn (Adjunta)

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**

Av. Higienópolis, 901  
01238-001 São Paulo - SP  
tel: 55 11 825-5544  
fax: 55 11 825-7861  
internet:socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 112  
70862-530 Brasília - DF  
tel: 55 61 349-5114  
fax: 55 61 274-7608  
internet:isadf@tba.com.br

http://www.socioambiental.org

apoio institucional



ISCA

**A FAMÍLIA FRITZ E A MATA ATLÂNTICA****WIGOLD BERTOLDO SCHÄFFER**

Konrad Fritz, 39 anos. Como o nome denuncia, descendente de alemães, mais precisamente a quinta geração. Nascido exatamente 99 anos depois dos antepassados terem chegado aqui no Brasil, vindos da região da Floresta Negra na Alemanha, onde estavam passando fome e frio. Motivo: desmatamento, no tempo do machado, entre 1600 e 1800, para abastecer de madeira os exploradores ingleses, espanhóis, portugueses e holandeses que, com seus navios feitos de madeira, vinham explorar e roubar a América.

Casa de madeira, dois metros de neve acumulada do lado de fora, sem lenha para aquecer água ou para cozinhar no fogão a lenha. Em 1997, numa visita à região da Floresta Negra, uma das maiores áreas florestais da Europa de hoje, Fritz pôde sentir e imaginar o cenário. Soube também que muitos desses trabalhadores, patriotas alemães, foram pouco a pouco se desfazendo de suas propriedades pensando que conseguiriam sobreviver com o resultado da venda. O resultado, no entanto, foi outro, tornaram-se "sem-terra" e juntos com outros milhares que nunca possuíram terra, foram sendo empurrados de um lado para outro, por algumas dezenas de anos.

Alguns morreram de fome e frio antes que os reis de lá fizessem um acordo com os reis de cá, mandando para cá milhares de "trabalhadores" para ocupar vastas regiões da Mata Atlântica do Brasil, Santa Catarina incluída. Todos receberiam terra fértil e produtiva, poderiam permanecer dez ou vinte anos e depois voltar ricos para a Alemanha. A realidade, porém, já foi sentida na travessia do Atlântico, que durou seis meses, tempo suficiente para permitir a morte dos quatro filhos já nascidos do casal de ascendentes maternos de Fritz.

**PLANTAÇÕES DOENTES**

Fritz também constatou que os que conseguiram sobreviver e ficar na Alemanha não tiveram alternativa, replantaram a Floresta Negra, fazendo algo parecido com uma monocultura de árvores, pois tinham perdido as sementes da maioria das espécies que existiam, que nunca foram tantas quantas se encontra na Mata Atlântica, mas eram mais do que as cinco ou dez que se acham hoje nas florestas plantadas de lá. Bonitas, essas florestas plantadas cobrem aproximadamente 35% do território alemão, algo invejável se compararmos com os menos de 8% que restam da Mata Atlântica. O problema é que as monoculturas estão sempre sujeitas a pragas e doenças. Agravadas pela chuva ácida da poluição, mais de 60% dessas plantações de árvores estão doentes.

1860 foi o ano da chegada à terra prometida. Foram assentados no lugar chamado Rio Scharf, atual município de Rancho Queimado (derivado de um rancho que pegou fogo num descuido de queimada de coivara), receberam seu lote de terras de aproximadamente 100 hectares de Mata Atlântica virgem.

Machado, foice, espingarda e fósforo foram as ferramentas usadas para limpar o terreno. Floresta, animais e índios foram eliminados como se nada valessem, pelos imigrantes. Derrubar não era problema, haviam aprendido e se acostumado lá na Europa.

1890 - E o tempo passou. Desmatamento, queimada, erosão, caça. A primeira geração (mais 12 filhos, além dos quatro que morreram em viagem) levou aproximadamente 30 anos para "acabar" com a terra. Isto é, torná-la improdutiva a ponto de comprometer a sobrevivência deles. A mata, animais e índios não contavam mesmo.

1910 - Parte dos filhos, segunda geração (média de 12 filhos por família), migra em busca de novo eldorado, um lugar chamado Rio Caeté, atual município de Alfredo Wagner. Novamente 100 hectares de terra em média por família, outros vinte anos, desmatamentos, queimadas, caça, outra terra acabada.

1925 - Alguns filhos, terceira geração (média de 9 filhos por família), migram para um lugar chamado Rio Batalha (batalha de matar índios), município de Ituporanga. Mais 100 hectares, muitas derrubadas e queimadas, depois de 15 anos a história se repete. Terra acabada, pouca colheita, é hora de mudar.

1938 - A região já estava quase toda ocupada, restavam poucas terras novas, sinônimo de mata virgem. A nova terra prometida, Serra do Pitoco, atual Alto Dona Luiza, município de Atalanta, acolhe parte da quarta geração (média de quatro filhos por família) de migrantes. Desta vez só 50 hectares de terra, muita derrubada, queimada e caçadas, vinte anos depois, novamente terra acabada.

1958 - Alguns da quarta geração migram para o oeste do Paraná, região de Mata Atlântica virgem. Trinta anos, terra acabada, nem árvore para sombra sobrou. Parte de seus filhos, quinta geração (média de dois filhos por família), são brasiguaios, outros estão no Acre (onde a história continua...), outros estão nas cidades (favelas). Outros, da quarta geração, por opção (ou falta de), tiveram que ficar em Alto Dona Luiza, assim como ocorrera 100 anos antes com seus antepassados na Alemanha. Hoje as propriedades da região variam de 10 a 30 hectares e os que ficaram na terra acabada de 40 anos atrás também tiveram que mudar suas práticas. Mas ainda não o suficiente...

Wigold Bertoldo Schäffer é agricultor ecológico em Atalanta (SC) e coordenador de Projetos Ambientais da Apremavi.

**Agenda**

- Seminário Internacional "O Patrimônio Cultural nos Países Amazônicos". Manaus, AM. De 14 a 17 de julho. Organizado pela UNESCO/OCOMOS. Informações: (092) 633-5695.
- II Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. São Carlos, SP. De 19 a 24 de julho. Informações: simpsbee@power.ufscar.br